

A INSUSTENTÁVEL CONTRADIÇÃO DA SUSTENTABILIDADE*: Tópicos Para Discussão!

Valter Machado da Fonseca

Professor e pesquisador do Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba
pesquisa.fonseca@gmail.com

Ana Maria de Oliveira Cunha

Professora titular do Programa de Pós-Graduação (Mestrado/Doutorado) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia

Resumo

Este trabalho é resultado de vários anos de reflexão acerca das grandes problemáticas socioambientais que ganharam notoriedade a partir da década de 1960 do século XX e que, agora, ocupam a centralidade dos debates nos círculos acadêmicos, científicos e na sociedade de forma geral. Essas temáticas tornam-se cada vez mais relevantes, diante dos sérios problemas socioambientais que marcam a sociedade moderna. Sua solução e/ou minimização esbarram, sempre, nos mecanismos que mantêm a lógica da reprodução e expansão do capital, cujos projetos, a nosso ver, são inconciliáveis com quaisquer propostas que visem a sustentabilidade ambiental, bem como com a minimização da pobreza e das desigualdades sociais. Para levar a bom termo a elucidação deste problema, a pesquisa busca a desconstrução do conceito e dos princípios do desenvolvimento sustentável, edificado sob a lógica da dinâmica social, política e econômica do capital. Neste sentido, procuramos dissecar o conceito, decifrando suas entrelinhas e as estratégias capitalistas utilizadas para sua construção. O conjunto de forças que compõe o campo hegemônico do capital possui interesses e anseios opostos à construção efetiva de quaisquer proposições que visem a preservação dos recursos do planeta e a minimização da pobreza. Então, sob essas condições, este estudo aponta que a única maneira de atenuar, de forma efetiva, os gravíssimos problemas socioambientais que tanto angustiam a humanidade nos tempos d'agora, passa necessariamente pela superação definitiva do capitalismo e todas suas formas de dominação.

Palavras-chave: Capitalismo. Relação Capital/Natureza. Desenvolvimento Sustentável. Fragilidades Conceituais. Contradições Práticas.

The untenable contradiction of sustainability: Topics for discussion!

Abstract

This study resulted from many years of reflexion about big socio-environmental problems that gain more notoriety from 1960's decade and now, had occupied a central place in the academic debates and the society in general. These issues are becoming increasingly relevant

Recebido em 22/11/2014 / Aprovado para publicação em 02/08/2017.

OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia, v.8, n.21, p. 02-30, set/2017.

face to the serious socioenvironmental problems of the modern society. Its solution and/or minimization are always stopped by mechanisms that maintain the reproduction logic and expansion of capital whose projects, in our point of view, are inconciliabe with any other proposals aiming the environmental sustainability, as well as the minimization of poverty the social inequalities. To successfully complet the elucidation of the problem, this research seeks the desconstruction of the concept and the principles of sustainable development, built on the social, politic and economic dynamic logic of capital. the set of forces of the hegemonic camp of capital had opposed interests and aspirations to the effective construction of any other propositions seeking to preserve planet resources and the poverty minimization. So, in these conditions the study shows that the unique way to mitigate, effectively, the serious socioenvironmental problems afflicting the humanity now, will pass necessarily by, the definitive overcoming of the capitalism and all kinds of domination.

Keywords: Capitalism. Relation Capital/Nature. Sustainable Development. Conceptual Weaknesses. Practical Contradictions.

INTRODUÇÃO

Há tempos, as temáticas socioambientais têm sido colocadas em evidência, ganhando, cada dia mais, a centralidade dos debates e discussões travados no campo dessas problemáticas, seja nas grandes conferências e em encontros mundiais, nos congressos e eventos científicos, seja no meio acadêmico ou na própria mídia nacional e internacional. Os discursos que emanam dessas temáticas vêm permeados de sugestões, formulações propositivas ou de soluções, que parecem surgir do nada, prometendo resolver, de uma vez por todas, os conflitos e contradições advindos das formulações teóricas e/ou das inúmeras práticas voltadas para a “sustentabilidade”. As proposições acerca dessa problemática parecem uma panaceia¹, uma “receita de bolo”, com metodologias simples que, se seguidas, prometem desvendar os “caminhos para o paraíso”.

Eis o caminho, mais difícil sem dúvida, que haveremos de percorrer se quisermos sair das armadilhas de noções fáceis que nos são oferecidas pelos meios de comunicação, como “qualidade de vida” ou “desenvolvimento sustentável”, que, pela sua superficialidade, preparam hoje, com toda a certeza, a frustração de amanhã. O debate ambientalista, por sua vez, adquire fortes conotações esquizofrênicas, em que a extrema gravidade dos riscos que o planeta enfrenta, contrasta com as pífiás e tímidas propostas do gênero “plante uma árvore”, promova a “coleta seletiva de lixo” ou “desenvolva o ecoturismo”. Dessa forma, aquele estilo de consumo e modo de produção que nos anos 1960 se chamou criticamente de “lixo ocidental” está hoje reduzido a projetos de coleta seletiva do lixo do “lixo ocidental” – agora mantido sem crítica. (PORTO-GONÇALVES, 2004, p.18-19).

O fragmento textual de Porto-Gonçalves (2004) reflete, exatamente, a mesmice com que vem se produzindo e reproduzindo os discursos ambientais da modernidade, sem

considerar o grau de fragilidade e complexidade dos aspectos e elementos constituintes do ambiente e dos ecossistemas e, ainda, a intensidade do grau de desequilíbrio ambiental provocado pelo uso, manejo e gestão incorretos dos recursos naturais. O que vemos, de fato, são proposições meramente técnicas, como se o planeta tivesse sido construído por um artifício técnico qualquer, que desconsiderou as singularidades, particularidades, heterogeneidade e complexidade do grande ecossistema planetário.

As questões relativas à natureza ou à sociedade que dela se nutre são demasiadamente sérias para serem tratadas na superficialidade ou de maneira ilusória, por intermédio de inverdades e/ou de falsificações práticas e teóricas, como vem ocorrendo, sistematicamente, em todas as partes do planeta. Temos presenciado a elaboração persistente de uma arquitetura teórico-discursiva no mínimo ilusória, para não dizer falsificada, escamoteada e/ou mentirosa, relativa às grandes temáticas ambientais que tanto interessam ao conjunto da humanidade, em especial à parcela mais sofrida e mais carente da população global, imersa no gigantesco lamaçal das mais graves atrocidades e de condições mais precárias de sobrevivência. Para tratar do estudo e análise dessas temáticas torna-se necessário, portanto, escavar a realidade, fazer uma revisão conceitual e paradigmática profunda, visando a desnudar, de forma clara e transparente, as raízes da grande problemática socioambiental que marca a sociedade da modernidade.

E, para fazer isso, é preciso não procurar as linhas de menor resistência, é urgente ir ao cerne dessas questões, é necessário investigar a fundo os pressupostos (teóricos e práticos) básicos que sustentam essas discussões. Caso contrário, estaremos utilizando os mesmos métodos daqueles que as escamoteiam e que se interessam somente pela análise de superfície, que necessitam ocultar esses problemas nas sombras da ilusão, do desconhecimento e do discurso do senso comum.

Portanto, é sempre buscando as evidências e indícios, procurando as regiões e zonas de incertezas, as inconsistências teóricas e as fragilidades práticas e conceituais que se construiu esta tese. É na busca constante pelo debate autêntico, genuíno, claro e objetivo que este estudo foi desenvolvido. Como disse Trotsky (1991, p.43) na introdução ao seu Programa de Transição: “É preciso olhar a realidade de frente; não procurar a linha de menor resistência; chamar as coisas pelo seu nome, dizer sempre a verdade, por mais amarga que seja. Ser rigoroso tanto nas pequenas como nas grandes coisas”. É com esta seriedade e nesta perspectiva apontada por Leon Trotsky que vislumbramos a análise dos grandes problemas socioambientais.

Delimitando o problema da “sustentabilidade”

“Tudo que é sólido se desmancha no ar”

Essa célebre frase de Karl Marx e Friedrich Engels, expressa no “Manifesto Comunista” de 1848, demonstra toda sua atualidade. Nessa obra, Marx; Engels (1975, p.12) sintetizam dessa forma a mundialização do capital, que viria posteriormente desembocar na produção das novas tecnologias:

A burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção constituía, pelo contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. Essa revolução contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de ideias secularmente veneradas; as relações que os substituem tornam-se antiquadas antes de se ossificar. Tudo que era sólido e estável se esfuma, tudo o que era sagrado é profanado, e os homens são obrigados finalmente a encarar com serenidade suas condições de existência e suas relações recíprocas.

A formulação de Marx; Engels (1975) exprime, com propriedade, a necessidade imperiosa de o capital investir nas novas tecnologias para garantir sua reprodução e, conseqüentemente, a mais-valia. O pacote de revoluções tecnológicas veio com o objetivo maior de garantir a expansão e reprodução do capital. Ele fez descortinar os novos tempos chamados de modernidade ou “tempos modernos”, brilhantemente retratados na película de Charles Chaplin².

O capitalismo nasceu, exatamente, da incapacidade do regime feudal em dar respostas às aspirações de uma população eminentemente agrária que clamava por liberdade e pelo direito de sobrevivência. A situação de intensa penúria das massas no regime feudal levou o regime à bancarrota. Sob a bandeira da Revolução Francesa que por meio do lema “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” deu a sustentação política para o novo sistema que despontava, edificado sob os princípios do liberalismo. Suas bases materiais foram dadas por intermédio da acumulação de riquezas pela Inglaterra, graças aos créditos concedidos com a pilhagem dos recursos naturais das colônias pelos impérios dos quais a Inglaterra era credora. Esse acúmulo de riquezas permitiu aos ingleses lançarem as bases da Revolução Industrial, que daria o alicerce de sustentação material para o surgimento do capitalismo.

Então, o capitalismo emerge do esgotamento das forças produtivas do regime feudal. Com ele emerge também um período de intensa criação e elaboração política, cultural, artística e filosófica, gestado no Iluminismo e que iria soterrar os valores dogmáticos e arcaicos apregoados pela Igreja Católica com o apoio incondicional da nobreza. Sob os escombros do feudalismo, erigia, com todo vigor, o modelo capitalista de produção. Com a instalação deste modelo econômico surge também um período de crescimento das condições materiais para uma parcela da humanidade. Porém, esse modelo de produção trouxe em seu bojo duas classes interdependentes, mas com interesses distintos e diametralmente opostos: a burguesia e o proletariado. Com o surgimento de duas classes antagônicas, surgem também as enormes desigualdades sociais, em decorrência da exploração de uma classe sobre a outra. O que equivale dizer da exploração do homem pelo próprio homem. Fato que gerou, além da enorme desigualdade social, gritantes contradições e conflitos políticos, culturais e sociais no interior da sociedade de classes.

Hoje, os novos tempos caracterizados pela mundialização do capital apresentam grandes desafios para a imaginação em todas as áreas da atividade humana, seja na produção de novos conhecimentos, seja na produção artística e cultural, seja na de bens materiais. Fonseca (2007, p.23) discorre sobre o desenvolvimento das novas tecnologias, base para a mundialização do capital ou “Globalização neoliberal”:

O aumento da velocidade da informação, dos transportes, das telecomunicações e da rede mundial de computadores “diminui” as distâncias entre os povos. A relação espaço/tempo configura-se de acordo com a lógica da velocidade. Estes são aspectos que caracterizam os tempos modernos, que marcam a “derrubada” das fronteiras econômicas entre os diversos povos. A “sociedade global”, por meio da tecnologia de última geração descortina também a crise, sem precedentes, que marca os tempos modernos.

Assim, os pacotes tecnológicos tiveram reflexos diretos nos costumes, nos modos de vida, na produção técnica e cultural da modernidade. O advento da denominada “Terceira Revolução Tecnológica”, por um lado, trouxe o bem-estar para parcelas da população mundial, em contrapartida, por outro lado aprofundou o imenso abismo da desigualdade social entre os mais diferentes povos e as mais diversas nações. O capitalismo que, em sua origem, apregoava a promessa da felicidade humana, nos dias de hoje, abre uma gigantesca crise de projetos de homem e de natureza.

O trabalho, a produção de mercadorias e o surgimento dos mercados consumidores

O modelo de produção capitalista para vigorar e se desenvolver precisou de um motor que fizesse com que suas engrenagens se mantivessem em movimento e alimentassem a máquina que move todo o sistema produtivo desse modelo econômico. Ele parte exatamente da transformação dos recursos da natureza em mercadorias que possam adquirir valor de uso e de troca, de maneira a produzir o lucro, mola mestra do sistema capitalista de produção. Marx define bem essa questão:

O produto – a propriedade do capitalista – é um valor de uso, fio, botas etc. Mas, embora as botas, por exemplo, constituam de certo modo a base do progresso social e nosso capitalista seja um decidido progressista, não fabrica as botas por causa delas mesmas. O valor de uso não é, de modo algum, a coisa *qu'on aime pour lui-même* [que se ama por si mesma]. Produz-se aqui valores de uso somente porque e na medida em que sejam substrato material, portadores do valor de troca. E para o nosso capitalista, trata-se de duas coisas. Primeiro, ele quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. Segundo, ele quer produzir uma mercadoria cujo valor seja mais alto que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-las, os meios de produção e a força de trabalho, para as quais adiantou seu bom dinheiro no mercado. Quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria, não só valor de uso, mas valor e não só valor, mas também mais-valia. (MARX; ENGELS, 1977, p.49).

A contribuição de Marx (1977) nos leva a concluir que o capitalismo se funda sobre três aspectos centrais: a produção de mercadorias, o trabalho humano (força de trabalho) e a mais-valia. É devido a isso que Marx define a relação do homem com a natureza, o que leva à ação humana sobre os recursos da natureza (trabalho), o valor de uso das mercadorias e a produção da mais-valia como categorias centrais de seus estudos. Assim, ao afirmar que o homem constrói sua consciência no mundo e sobre o mundo na sua intervenção na natureza, mediada pelo trabalho, pelas relações sociais e relações de produção, Marx (1977, p.05) nada mais faz do que reafirmar as categorias fundantes de suas análises e de seus estudos. “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”.

Sob essa lógica, embasada na exploração dos recursos da natureza, para produzir mercadorias que contenham valor de uso, valor de venda e o excedente que constitui a mais-valia é que o capital se expande e se reproduz. Então, para que o capital consiga seu objetivo central, a mais-valia, ele necessita produzir mercadorias e, além disso, convencer da importância de seu uso, visando sua venda acrescida de um valor que supere os custos dos meios de produção e da força de trabalho.

Porém, o capital não pode se contentar com a obtenção de uma mais-valia com base em valores fixos, sob pena de o capitalista ir à falência, pois, além do capital necessário à sua sobrevivência, ele precisa também de capital para reinvestir no processo produtivo. Neste sentido, necessita aumentar seus compradores (mercados de consumo de suas mercadorias). Assim, num ritmo progressivo o capitalismo criou os mercados locais, que evoluíram para os mercados regionais, nacionais, internacionais e transnacionais. Portanto, foi com base na superexploração da força de trabalho e na exploração desordenada dos recursos da natureza objetivando o aumento da produção de mercadorias é que surgiram os grandes problemas socioambientais.

A crise econômico-tecnológica e a problemática socioambiental

Ao final do século XVIII, o advento da Revolução Industrial inaugurou um ciclo de inovações tecnológicas que deixou como legado um violento impacto sobre a biomassa, os bens naturais e a atmosfera. Esses efeitos, ignorados nos “anos dourados” do desenvolvimento, apenas nas últimas décadas do século XX seriam apresentados como a problemática ambiental, um conjunto amorfo de fatores que englobam a poluição e degradação do meio, a crise de recursos naturais, energéticos e de alimentos.

Nesse momento, “a promessa da dominação da natureza, e do seu uso para o benefício comum da humanidade” revelou-se uma fraude, ao mesmo tempo em que se desvelou-se sua condução a “uma exploração desordenada dos recursos naturais, à catástrofe ecológica, à ameaça nuclear do tipo Chernobyl, à destruição da camada de ozônio”, como aponta Félix Guattari (1990, p.10).

Tal problemática ambiental surgiu “como uma crise de civilização, questionando a racionalidade econômica e tecnológica dominante”. Essa crise foi “percebida como resultado da pressão exercida pelo crescimento da população sobre os limitados recursos do planeta”, quando se tratava de um “efeito da acumulação de capital e da maximização da taxa de lucro a curto prazo”, responsáveis por “padrões tecnológicos de uso e ritmos de exploração da natureza, bem como forma de consumo”, que esgotam as reservas naturais, “degradando a fertilidade dos solos e afetando as condições de regeneração dos ecossistemas naturais.” (LEFF, 2002, p. 59).

Essa degradação do natural não atingiu (nem atinge) todos os homens indistintamente. De fato, como nos lembra Adorno (1982), a humanidade, tomada em seu caráter genérico, não passa de uma construção ideológica que escamoteia as gritantes diferenças de poder social entre os homens. Tal degradação não é linear, simples e contínua, envolvendo elementos contraditórios ligados ao jogo de poder entre dominantes e dominados ao longo da história humana.

Além da crise ambiental que se instalou em todo o planeta, a humanidade passa por problemas sociais crônicos. No mundo todo, são milhões de desempregados e/ou subempregados. Trata-se de uma parcela da população sub-humanizada, sobrevivente das sobras das elites abastadas, sobrevivente nas lacunas do sofrimento, conforme enfatiza Lemos:

A nova era, denominada de pós-mercado, onde o emprego é cada vez mais escasso, outras alternativas deverão ser encontradas ao chamado mercado formal. Os salários cada vez mais achatados, o ritmo acelerado do trabalho, o maior desemprego tecnológico, a crescente distância entre os pobres e os ricos, a dramática diminuição da classe média estão semeando a incerteza no denominado “exército de reserva”, ou melhor, na “massa de desempregados”. A mentalidade de milhões de imigrantes, tanto estrangeiros como brasileiros, de que trabalhando arduamente deixariam de ser pobres, melhorariam sua situação e dariam outras perspectivas para seus filhos foi derrocada. Hoje, há um exacerbado individualismo e desconfiança entre sexos, entre as pessoas de um mesmo lugar, pelo temor de perder o emprego. Este se tornou temporário e há um aumento das filas dos trabalhadores contingenciais, pior ainda, dos eternos desempregados que começam a ser considerados descartáveis. (LEMOS, 2003, p.21).

Desta forma, conforme destaca a autora acima, o capitalismo trouxe benefícios para uma pequena parcela da população mundial, ao passo que a grande maioria da população do planeta vive nas lacunas do sofrimento, sobrevivendo das migalhas que caem da farta mesa das elites que ditam os destinos e os rumos do planeta.

A mundialização do capital e os limites do crescimento

A mundialização do capital se caracteriza pela produção urbano-industrial, pela mobilização do capital especulativo, volátil, que gira o planeta em busca de mão de obra barata e de condições propícias para sua reprodução e, sobretudo, pelas inovações decorrentes da Terceira Revolução Tecnológica, tais como: o aumento da velocidade do sistema de informações, por meio dos avanços das telecomunicações, dos transportes e da rede mundial

de computadores (Internet) via desenvolvimento espetacular da informática. Além disso, é fundamental ressaltar o avanço extraordinário da biotecnologia, devido ao desenvolvimento das pesquisas no campo da engenharia genética e à expansão do capital em direção ao campo, o que se dá por intermédio dos grandes conglomerados internacionais e transnacionais. Fonseca (2004) levanta os aspectos relativos ao desenvolvimento da biotecnologia:

A biotecnologia surge como um fato inovador, graças ao domínio do homem sobre os conhecimentos da engenharia genética, o que resultou em experimentos que tiveram como consequência o deciframento do DNA, através da leitura científica completa do código genético. Acontecimentos, que há poucas décadas eram considerados cenas de ficção científica, a exemplo da clonagem de indivíduos, tecidos e órgãos animais e/ou vegetais e até mesmo do próprio homem, a partir de células-tronco, hoje já são uma realidade. A biotecnologia, em especial aquela aplicada à agricultura (a exemplo da transgenia, do melhoramento genético de sementes e espécies vegetais), vem interferindo na vida das espécies animais e vegetais, o que tem colocado em risco o equilíbrio dos ecossistemas, a sobrevivência das espécies, dentre elas o próprio homem. (FONSECA, 2004, p.3).

Com o avanço dos conhecimentos no campo da biotecnologia, o capital estende seu braço em direção ao espaço agrário. A maquinaria pesada invade o campo e provoca a destruição de biomas inteiros a exemplo do Cerrado. Com isso, a dicotomia cidade/campo deixa de existir; e as comunidades coletoras e as que viviam da agricultura de subsistência ou familiar praticamente desaparecem. Sposito (2005) descreve a ocupação do espaço agrário pela indústria:

A acentuação da especialização funcional que a indústria provocou estendeu-se para o campo. [...] Esta industrialização do campo é possível justamente pelo aumento da produtividade, pela ampliação da capacidade de produção agrícola, através da absorção de formas de produção da indústria pelo campo – concentração dos meios de produção (neste caso, especialmente a da propriedade da terra), especialização da produção e mecanização. Estes mecanismos acentuam a articulação entre a cidade e o campo, transformando o rural em espaço altamente dependente do urbano, inclusive porque há um aumento do consumo da produção e dos serviços da cidade pelos moradores do campo. Esta articulação acentuada coloca em dúvida a própria distinção entre a cidade e o campo. (SPOSITO, 2005, p.65).

De fato, se por um lado a globalização neoliberal esconde-se por detrás de um discurso inovador, por outro ela aprofunda as contradições do modo de produção capitalista. Essas contradições expressam-se através do desemprego, da violência urbana, da fome, da miséria, do analfabetismo, das doenças e das condições sub-humanas da maioria da população do

planeta. Então, a quem serve a mundialização do capital? Em que ela favorece a grande maioria da população mundial? Para onde vão as riquezas produzidas pela expansão e reprodução do capital? Essas indagações só podem levar a uma única conclusão: a armadilha do discurso da inovação tecnológica e científica, expressa na globalização neoliberal, tenta em vão esconder a outra face da moeda, ou seja, a crise civilizacional, ocidental ou da modernidade.

Outro fator marcante da crise da modernidade se expressa através da degradação ambiental do planeta. O sujeito (o homem) apropria-se da natureza, para sugar-lhe todos os recursos, sem se preocupar com os impactos decorrentes dessa degradação. Mas a natureza, sábia por excelência, dá sua resposta na forma das grandes catástrofes “naturais”, conforme enfatiza Enrique (LEFF, 2004, p.56):

A natureza se levanta de sua opressão e toma vida, revelando-se à produção de objetos mortos e à coisificação do mundo. A superexploração dos ecossistemas, que os processos produtivos mantinham sob silêncio, desencadeou uma força destrutiva que em seus efeitos sinérgicos e acumulativos gera as mudanças globais que ameaçam a estabilidade e sustentabilidade do planeta: a destruição da biodiversidade, a rarefação da camada estratosférica de ozônio, o aquecimento global. O impacto dessas mudanças ambientais na ordem ecológica e social do mundo ameaça a economia como um câncer generalizado e incontrolável, mais grave ainda do que as crises cíclicas do capital.

Desta forma, o planeta, a humanidade e este modelo de desenvolvimento econômico encontram-se imersos numa crise, sem precedentes. A coisificação do homem e da natureza se faz presente na maneira irracional com que o capital se apropria dos recursos naturais e da força de trabalho do próprio ser humano. Esta crise, explica-se, destarte, pela irracionalidade da supremacia da razão, ou seja, pela ganância do ser humano, expressa na mais-valia capitalista. Assim, a crise ocidental ou da modernidade demonstra que este modelo está falido se se levar em consideração o bem-estar e a dignidade do homem. Cabe somente a ele próprio repensar um conjunto de ações e reflexões que possam levar a uma mudança de paradigma. Caso contrário, a própria espécie humana estará sujeita à extinção, devido à irracionalidade do que ele próprio chama de racionalismo.

A sustentabilidade socioambiental no contexto da crise capitalista da modernidade

É notório que a reprodução e a expansão do capital demandam a produção de novas mercadorias e a criação e conquista de novos mercados consumidores. Dessa forma, o capital em crise precisa expandir seus lucros, sua mais-valia, sob pena de se atingir o colapso total. Por outro lado, a crise ambiental também se agudiza, em função da exploração crescente, de forma exponencial e desordenada dos recursos naturais. Existe aí uma gritante contradição entre desenvolvimento, crescimento econômico e sustentabilidade socioambiental, uma vez que as grandes potências e megagrupos inter/multi/transnacionais capitalistas acreditam que a superação da crise do capital passa pelo reaquecimento da economia, o que não se dá sem a conquista de novos mercados, pela criação de novas necessidades por intermédio da produção de novas e mais mercadorias, o que demanda mais exploração dos recursos da natureza.

Essa contradição é uma das chaves mestras de nossas preocupações. Assim, o cerne dos grandes problemas socioambientais da modernidade passa, necessariamente, pela desconstrução da “lógica” capitalista que tenta aliar desenvolvimento econômico com sustentabilidade socioambiental. Essa proposição, estranhamente, vem sendo acatada, cultuada e elogiada pelos grandes grupos e empresas capitalistas. Na contramão da crise capitalista dos tempos presentes, governos, ONGs, empresas e grandes grupos econômicos, dentre eles, ironicamente, inclusive os que mais degradam o ambiente, defendem, enfaticamente, a proposta da sustentabilidade socioambiental. Para desvendar essa contradição, partimos da hipótese de que *a sustentabilidade socioambiental não se sustenta nem teoricamente*. É a partir dessa hipótese que iremos eixar e nortear todas as discussões e debates contidos neste trabalho.

A crise estrutural do capital e a sustentabilidade socioambiental

Desde 1929 com o crack (a quebra) da Bolsa de Nova York, que o capital tem intensificado suas crises cíclicas. Para Marx, o capital vive de crises cíclicas, ou seja, aquelas que vêm à tona em determinados períodos e, para a superação das quais o capitalismo precisa desenvolver novos mecanismos de expansão e reprodução do capital para manter acesa a chama da mais-valia. Porém, essas crises têm aumentado de intensidade, se agudizado de maneira mais intensa e se repetido em intervalos de tempos cada vez mais curtos, tornando-se, assim, difícil para o capital à reinvenção de novos mecanismos para sua expansão e reprodução, visando a sua superação.

István Mészáros, pensador e pesquisador húngaro, um árduo estudioso do capitalismo afirma já faz algum tempo que o capital atingiu o estágio de crise estrutural, ou seja, a crise das suas estruturas internas, sem as quais ele está fadado à ruína total e definitiva. Prova disso foram as duas recentes crises gigantescas do capital; a primeira ocorreu no ano de 2008, atingindo, em cheio, o coração do capitalismo: a Europa e os EUA. Já a segunda (talvez a mais grave de todas) ocorre nos dias atuais (2011) e atinge o coração e o centro nevrálgico do sistema, os Estados Unidos da América, abrindo, pela primeira vez na história, a possibilidade real do calote da dívida interna norte-americana por parte do governo estadunidense.

Ricardo Antunes elabora sobre os estudos de Mészáros acerca da crise cíclica do capital:

Mészáros indicava que o sistema de capital (e, em particular, o capitalismo), depois de vivenciar a era dos ciclos, adentrava em uma fase, inédita, de *crise estrutural, marcada por um continuum depressivo* que faria aquela fase cíclica anterior virar história. Embora pudesse haver alternância em seu epicentro, a crise se mostra longa e duradoura, sistêmica e estrutural. (ANTUNES, 2011, p.10) (Grifos do original).

Então, conforme nos informa Antunes (2011) a crise estrutural defendida por Mészáros é, de muito longe, bem mais grave que as anteriores. Antunes (2011) continua sua argumentação acerca dos estudos de Mészáros:

Se pudéssemos, em poucas palavras, condensar algumas das principais teses que configuram a atual *crise estrutural do capital*, começaríamos dizendo que Mészáros faz uma crítica devastadora às engrenagens que caracterizam o sistema sociometabólico. Sua aguda investigação, debruçando-se ao longo de todo o século XX, o leva a constatar que o sistema de capital, por não ter limites para a sua expansão, acaba por converter-se numa processualidade *incontrolável* e profundamente *destrutiva*. Conformados pelo que se denomina, na linguagem de Marx, *como mediações de segunda ordem* – quando tudo passa a ser controlado pela lógica da valorização do capital, sem que se leve em conta os imperativos humano-sociais vitais –, a produção e o consumo supérfluos acabam gerando a corrosão do trabalho, com a sua consequente precarização e o desemprego estrutural, além de impulsionar uma destruição da natureza em escala global jamais vista anteriormente. (ANTUNES, 2011, p.11) (Grifos do original).

Ao analisarmos o texto de Antunes (2011), verificamos alguns aspectos interessantes e pelos quais não podemos passar despercebidos, como: (1) diferentemente das crises cíclicas anteriores, a crise estrutural que se desenha nos tempos modernos se instala nas engrenagens do sistema produtivo, ou seja, é uma crise intrínseca ao capital, muito mais difícil de ser superada, pelo menos pelos mecanismos já conhecidos; (2) o capital na sociedade da

modernidade não visa limites para sua expansão e reprodução, não se importando com os valores humanos e sociais vitais para a humanidade, o que Marx chama de *mediações de segunda ordem* e (3) a sociedade do consumo deixou há muito de se preocupar com o valor de uso das mercadorias, criando supérfluos e descartáveis sem nenhuma significação para a vida humana, o que vai acarretar o desemprego estrutural, o sub e sobretrabalho e a destruição da natureza de uma forma jamais vista em todos os tempos pretéritos. Aqui, nesta análise do fragmento textual de Antunes acerca dos estudos de Mészáros, já aparece, com toda nitidez, a gritante contradição entre a superação da crise capitalista e a tão propalada proposta de sustentabilidade socioambiental.

Para melhor elucidar essas considerações, talvez seja mais significativo darmos a palavra ao próprio Mészáros:

[...] as recentes tentativas de conter os sintomas da crise que se intensificam pela nacionalização – camuflada de forma cínica – de grandezas astronômicas da bancarrota capitalista, por meio dos recursos do Estado ainda a serem inventados, só cumprem o papel de sublinhar as determinações causais antagônicas profundamente enraizadas da destrutividade do sistema capitalista. Pois o que está fundamentalmente em causa hoje não é apenas uma crise financeira maciça, mas o potencial de autodestruição da humanidade no atual momento do desenvolvimento histórico, tanto militarmente como por meio da destruição em curso da natureza. (MÉSZÁROS, 2011, p.29).

A formulação categórica de Mészáros (2011) não deixa dúvidas sobre a gravidade da crise em curso na história atual do planeta e da humanidade. É uma situação de “quase não retorno”, quando se trata de superação das crises econômicas estruturais. Aliado a esses argumentos, vemos que o processo de destruição da natureza também entra num caminho de “quase não retorno”, o que inviabiliza quaisquer tentativas de eliminação e/ou minimização dos impactos sociais e ambientais sobre o grande ecossistema planetário. Em outras palavras, existe uma contradição insolúvel entre a produção da mais-valia (lucro) e a viabilização de quaisquer propostas que visem à ilusória “sustentabilidade socioambiental”.

Mészáros em seus vastos estudos sobre as crises do capital também elabora [não é de agora] acerca do colapso pelo qual passa a economia dos EUA, que presenciamos na crise dos dias atuais, e, da qual ele já previa a possibilidade do calote da dívida interna, por parte dos dirigentes da máquina estatal norte-americana:

Desta forma, ele anuncia a possibilidade do calote dos EUA:

O senador McGovern, à época de sua campanha pela presidência, assinalou que os Estados Unidos faziam a Guerra do Golfo com cartão de crédito. Desde então, o capital dos Estados Unidos capacitou-se a perseguir alvos muito maiores em termos financeiros. Sua profunda penetração, não apenas no “Terceiro Mundo”, mas também no coração do “capitalismo avançado” do Ocidente, por meio do implacável avanço de seu *imperialismo de cartão de crédito*, aponta para uma importante contradição, que não pode ser encoberta indefinidamente mesmo pelos mais servis “governos amigos” (como o governo conservador de Thatcher, atualmente de plantão na Grã-Bretanha). O número crescente de protestos provenientes dos círculos capitalistas adversamente afetados o testemunha. A dimensão mais importante e potencialmente mais danosa dessa penetração econômica é que ela está sendo efetuada – com a plena cumplicidade dos mais poderosos setores do capital nos países ocidentais envolvidos – com base no endividamento dos Estados Unidos, que prenuncia um calote final de magnitude completamente inimaginável. (MÉSZÁROS, 2011, p.39).

Assim, os estudos de Mézáros (2011) apontam para um estado de degeneração e putrefação das engrenagens que corroem a máquina da economia capitalista surgida não na atualidade, mas numa situação que perdura há anos, desde o início dos grandes financiamentos das guerras pelos Estados Unidos da América.

Dissecando a crise estrutural do capital

Os tempos presentes são marcados, fundamentalmente, pela ausência completa de projetos de homem e de natureza, pelas opacidades, pelos conflitos étnicos, religiosos, geopolíticos, disputas territoriais, tudo devidamente arranjado pelo atual modelo, de forma a permitir a livre circulação de capitais, produtos e mercadorias, em sua maioria por supérfluos e descartáveis. No atual estágio de mundialização do capital, o ser humano e, em especial, a parcela mais sofrida da humanidade são vítimas de sua própria existência na sociedade regida pela mais-valia. O homem, neste modelo de sociedade, é apenas uma partícula atomizada, insignificante, diante do modelo autofágico regido pela ambição, voracidade e ganância capitalista.

Mas, para que compreendamos a crise estrutural do capital, é preciso que reflitamos sobre os tempos presentes, sobre os valores que direcionam as ações da humanidade, sobre a lógica desumanizante do atual modelo econômico de produção. Para adentrarmos no cerne desta discussão, recorreremos, inicialmente, à análise das concepções do sociólogo norte-americano Immanuel Wallerstein em uma entrevista concedida a Jorge Pontual (JP) na *Globo News*, no mês de fevereiro de 2012. Perguntado sobre o fim do capitalismo Wallerstein (2012)⁴ faz a seguinte observação:

Aí você tem que analisar os processos pelos quais o sistema entra em colapso. Em primeiro lugar, temos que falar sobre como os capitalistas ganham dinheiro. Os capitalistas não conseguem mais ganhar muito dinheiro com a produção, e isso mina o valor do capitalismo para o capitalista, certo? Isso é um aspecto. O outro é que a estabilidade política do sistema foi garantida, por um tempo razoavelmente longo, pela predominância do liberalismo centrista, que garantiu às pessoas que poderia demorar, mas que, com certeza, tudo ficaria melhor. Elas só precisavam ter paciência e confiar nos especialistas. Mas isso acabou em 1968, as pessoas não acreditavam mais. Elas não acreditavam na estabilidade do sistema, não acreditavam no futuro inevitável. Hoje vemos muito isso ao redor do mundo e temos um sistema em que capitalistas não fazem mais dinheiro, a única coisa que conseguem fazer é especular, e a especulação tem limite e estamos chegando a ele, neste momento em toda a parte. (WALLERSTEIN, 2012, depoimento concedido a Jorge Pontual)

É relevante verificar que Wallerstein (2012) levanta alguns pontos importantes, que podem nos auxiliar em nossas reflexões acerca da crise, sem precedentes à sua magnitude, que se estabeleceu sobre a economia capitalista, especialmente a partir de 2008 e que se aprofunda agora, de forma mais contundente em 2012, com o gigantesco colapso das economias europeias e norte-americana. Em seu depoimento, Wallerstein destaca, em primeiro lugar, a incapacidade do capital em continuar sua, outrora, “eterna” expansão pelo modelo clássico de produção de mercadorias, onde o fluxo de circulação de capitais era dirigido pelo simples mecanismo da lei da oferta e da procura. As contradições intrínsecas de suas engrenagens internas, de seu processo de reprodução sociometabólica, esbarram na carência de produtos e mercadorias potencialmente úteis para a humanidade. Aí, ele necessita de, além de criar as mercadorias, inventar as necessidades de consumo. Este é um elemento importante que faz parte dos aspectos estruturais da crise.

Ainda conforme o depoimento de Wallerstein (2012), a promessa de felicidade humana advinda dos princípios do liberalismo clássico, o qual apostou todas as suas fichas na racionalidade, na concepção de que existe uma solução técnica para todas as necessidades e demandas da humanidade desvelou-se numa falácia, numa farsa. A humanidade vem colocando em xeque a pretensa concepção racional de que a realização humana se funda, essencialmente, nas soluções materiais. A degradação dos valores abstratos, subjetivos, secularmente construídos pela humanidade, aliada ao processo de superexploração do trabalho humano, levado ao limite em seu grau de alienação, faz surgir novas contradições no seio do processo produtivo capitalista. Se por um lado, o capital consegue o controle gradativo sobre as formas de lutas tradicionais da maioria da parcela dos que vivem do trabalho, de outro

lado, as próprias tecnologias produzidas pelo capital (a exemplo dos instrumentos da informação e comunicação) servem, paulatinamente, para a reestruturação dessas lutas sob outros formatos.

Como afirmou Wallerstein em seu depoimento, os homens já não acreditam mais na estabilidade do sistema. Então, diante de todos os entraves, o capital aprofunda cada vez mais suas receitas de autorreprodução e expansão e, por intermédio dessas mesmas inovações tecnológicas (em especial a rede mundial de computadores), iniciou um processo sem igual de especulação que, ainda segundo Wallerstein, também já se aproxima de seu limite.

Mészáros (2002, p.200) enfatiza o poder do capital na exploração máxima de excedentes, o que também lhe confere o extremo grau de destrutividade em todos os níveis:

O poder do capital é exercido como uma verdadeira força opressora em nossa era graças à rede estreitamente entrelaçada de suas mediações de segunda ordem – que emergiram de contingências históricas específicas ao longo de muitos séculos. Foram sendo fundidas durante a consolidação do conjunto do sistema, produzindo assim um imenso poder sistêmico de discriminação em favor do intercâmbio reprodutor do capital que se desdobrava aos poucos e contra todas as possibilidades contrárias de controle sociometabólico. É assim que, ao longo de toda a sua constituição histórica, o capital se tornou, de longe, o mais poderoso (uma “bomba de extração”, segundo Marx) extrator de excedentes conhecido da humanidade. Na verdade, adquiriu com isto uma justificação autoevidente de seu modo de ação. Este tipo de justificação poderia ser mantido enquanto a prática cada vez mais intensa da própria extração de excedentes – não em busca da gratificação humana, mas no interesse da reprodução aumentada do capital – conseguisse esconder sua destrutividade final.

Mészáros (2002) demonstra, assim, todo o potencial destrutivo do capital. Para ele, toda a capacidade de criação humana só terá sentido se for voltada para a produção da mais-valia, se tiver aplicabilidade no mercado e um valor real que possa ser agregado à sua cadeia produtiva. A sua quase indestrutível capacidade e obstinação pela extração máxima de lucros demonstra toda a sua potencialidade e competência para a destruição tanto da natureza quanto do homem. Assim, por intermédio do processo de alienação do homem, ele reafirma sua potencialidade destrutiva sobre a natureza. E a “lógica” de seu potencial destrutivo nos indica que quanto mais a crise se aprofunda, mais destrutividade o capital consegue gerar.

Um dos elementos que podem ser analisados para se perceber a gravidade da crise são as oscilações, as inseguranças, as incertezas que tomam conta das populações em todas as

regiões do planeta. O depoimento concedido por Wallerstein a Jorge Pontual alerta para essa questão:

Jorge Pontual: E como será? O senhor já falou de “Inferno na Terra”, de “Período Negro”, de “Momentos Turbulentos”. O que temos à frente?

Wallerstein: Bem, em primeiro lugar, por que “Inferno na Terra”? Em primeiro lugar, temos uma insegurança física. Se eu comparar com o mundo que eu conheci 50 anos atrás, há muitos lugares [...] Eu costumava-me sentir seguro andando pela maioria dos lugares, não em todos eles, mas sabíamos que havia áreas perigosas aqui e ali. Mas, agora, eu não me sinto seguro em lugar nenhum, e acho que muitas pessoas se sentem como eu. E isso é horrível. E, em segundo lugar, não me sinto seguro financeiramente, certo? Eu tenho certo número de anos pela frente e não quero vê-los numa pobreza desesperadora. Então eu me preocupo com o dinheiro que tenho investido como pessoa física, certo? Essa incerteza horrível me tira a certeza sobre o que fazer. Eu ainda tenho que me preocupar com meus filhos e netos, porque parece que as coisas serão horríveis para eles. Quando eu tinha 15 anos, eu sabia que iria viver econômica e financeiramente melhor que meus pais e melhor que meus avós. Agora é o oposto. Meus filhos terão uma vida pior que a minha. Meus netos podem ter uma vida pior ainda. Isso não é muito reconfortante. E há ainda a confusão geopolítica: com certeza nós estamos vivendo o fim da hegemonia americana. Os EUA serão apenas uma grande potência no mundo, ao lado de várias outras [...] (WALLERSTEIN, depoimento concedido à *Globo News*, 2012).

O depoimento de Wallerstein (2012) confirma que o processo de insegurança, descrédito e incertezas tem aumentado de intensidade na medida em que o capital aprofunda suas crises. O que demonstra também, conforme ele próprio afirmou no recorte textual anterior de seu depoimento, que a partir de 1968 as pessoas deixaram de acreditar nas promessas liberais de felicidade, sobre as quais se fixou o modelo capitalista de produção. Assim, o capital, além de exercitar ao máximo sua capacidade destrutiva, consegue retirar delas qualquer fio de esperança em tempos melhores para o futuro. Isto vai à contramão do conceito de “desenvolvimento sustentável” que se edifica sobre a promessa de garantir condições dignas de vida para as futuras gerações de seres humanos.

O fato é que as evidências da enorme potencialidade destrutiva do capital, tanto em níveis de destruição da natureza quanto em níveis de degradação da vida humana, do trabalho e mesmo da integridade humana em sua essência, trazem à tona os contornos, as características e a intensidade da crise estrutural do capital. Na verdade, qualquer fio de esperança em relação às promessas de um futuro menos incerto, no contexto do campo das forças hegemônicas do capital, se esmaece, desaparece das mentes de todos os setores explorados desta sociedade, até mesmo os mais otimistas. Na atual fase de tensões, conflitos e

desequilíbrios, o capital só tem a oferecer à humanidade um conjunto de mazelas que só podem conduzir a um caminho: a autodestruição da espécie humana da face do planeta, senão fisicamente, pelo menos como seres pensantes, capazes de opinar e decidir sobre sua própria condição de seres providos de uma capacidade de raciocínio. Esta última hipótese talvez seja infinitamente pior que a extinção meramente física da espécie humana. Mas, com toda certeza, sob a “lógica” e os ideários neoliberais, o capital ainda vai permanecer em seu estado de aprofundamento da superexploração da natureza e do homem, enquanto houver uma única gota de sangue que possa ser utilizada para manter o status quo da expansão dos domínios do capital.

O que presenciamos agora é apenas um aperitivo nas palavras de Harvey (2010) em entrevista/depoimento concedido à *Globo News* (GN), quando de uma de suas visitas ao Brasil. Ele falou à *Globo News* sobre a dinâmica da reprodução e expansão do capital que veio a desaguar na crise capitalista atual:

(GN): Entrando na questão da crise atual, como o senhor disse, seu início, suas origens estão nos passos tomados para resolver a crise dos anos 1970. O que realmente mudou desde então?

Harvey: A grande questão da década de 1970 era o controle do trabalho. O controle capitalista da oferta de trabalho. Havia um problema no mercado de trabalho. Os salários no mundo capitalista avançado estavam relativamente altos. A força de trabalho era organizada, tinha poder político, através dos partidos políticos, na Europa, e ela exercitava esse poder. Se você observar o que acontecia no final da década de 1960 e início de 1970 nos EUA, na Itália, etc., vê que havia lutas sindicais acirradas, e o capital precisava disciplinar a força de trabalho. E essa disciplina foi dada de diferentes maneiras. Uma delas foi através da globalização. O capital foi levado para onde havia trabalho disponível. Outra foi através das mudanças tecnológicas. Outra através da imigração. No início, eles achavam que poderiam resolver o problema através da imigração. Os franceses, por exemplo, subsidiavam a ida dos trabalhadores magrebinos para a França. Os alemães facilitaram a ida dos turcos, os ingleses, do povo de suas ex-colônias. E houve uma enorme reforma na lei de imigração americana, em 1965, que permitiu que pessoas do mundo todo fossem para os EUA. Havia uma imensa preocupação em controlar o trabalho porque a força de trabalho era muito poderosa. Mas na década de 1980, Ronald Reagan, Margaret Thatcher, o general Pinochet, entre outros, colocaram um ponto final no poder político dos trabalhadores. Houve uma diminuição nos salários. Como resultado disso, não se pode dizer que a crise atual tem algo a ver com o excesso de poder dos trabalhadores. A crise atual tem a ver com o excesso de poder do capital. Certo? O problema de reprimir os trabalhadores e os salários é que você vê... os dados mostram que a participação dos salários na renda nacional, em quase todos os países do mundo, caiu. Agora, se o salário cai, há menos poder de mercado para comprar os bens que os capitalistas fazem. Então surge a questão: o que acontece com seu mercado quando você retrai os

salários? Nos EUA, a resposta foi: “dê crédito a eles. Deixe que comprem a crédito”. Assim, surgiu a economia do débito, que é esse enorme negócio no qual os bancos entraram. As famílias americanas, por exemplo, triplicaram sua dívida em 30 anos. Assim, de certo modo, a queda na demanda causada pelos baixos salários foi compensada pelo aumento da dívida. Mas, quando os salários caem e a dívida aumenta, em algum momento, há o problema de como as pessoas pagarão a dívida. Isso começou a acontecer no final dos anos 1990 e também contribuiu significativamente para crise atual. (HARVEY, depoimento concedido à *Globo News*, 2010).

Veja que Harvey (2010) levanta os aspectos históricos das lutas dos trabalhadores, as quais estavam vinculadas à necessidade de defender as conquistas do mundo do trabalho. Mostrou artifícios e estratégias do capital no sentido de atrair força de trabalho para atender às demandas de seus mecanismos de reprodução e expansão, como foi o caso da abertura à imigração. Note que, hoje, na atual crise, ocorre o processo inverso, a lógica destrutiva do capital joga os trabalhadores naturais de seu território contra os imigrantes, com a justificativa de manutenção de seus salários e, conseqüentemente, sua sobrevivência.

Ele também demonstra que a “economia do débito” fórmula utilizada pelo Estado norte-americano como maneira de aquecer o mercado de consumo interno constituiu-se numa verdadeira fraude. Por intermédio do crédito oferecido pelo sistema bancário, largos setores da população estadunidense ficaram totalmente endividados, a ponto de tornar a dívida impagável. Então, os bancos executaram as hipotecas, em sua grande maioria de residências. Amplos contingentes da população perderam suas casas. Esses aspectos estão na base da crise e ficaram nitidamente evidenciados na grave crise econômica de 2008/2009 que atingiu, em cheio, o coração financeiro dos EUA.

Falência de um paradigma: aspectos e metamorfoses das forças destrutivas do capital!

O capitalismo, desde o seu nascedouro, é um modelo contraditório e destrutivo por excelência, como afirmou Marx. A sua superestrutura econômica tem por base a exploração da matéria-prima (natureza) para a produção de mercadorias. Assim, ele se funda na exploração ilimitada dos recursos naturais, sem os quais é impossível seu funcionamento básico e, muito menos, o funcionamento de seu motor, a mais-valia, a qual necessita ser reproduzida e expandida. Assim, o capital já nasce fundado sobre uma contradição, que por si só, já aponta para a exploração contínua e ilimitada dos recursos naturais. Então, o desequilíbrio ambiental se encontra mesmo na base sob a qual erigiu esse modelo, a

necessidade infinita de produzir mercadorias, visando a perpetuação da mais valia, via expansão infinitamente destrutiva do capital.

Mészáros (2002) nos auxilia no entendimento das contradições que movem e determinam o potencial altamente destrutivo do capital:

[...] o capital, na sua forma menos restrita – ou seja, sob as condições da produção generalizada de mercadorias, que circunscrevem e definem os limites do capitalismo –, põe em movimento não apenas grandes potenciais produtivos, mas também, simultaneamente, forças maciças tanto diversificadas como destrutivas. Consequentemente, por mais perturbador que isso possa soar aos socialistas, tais forças fornecem ao capital em crises, novas margens de expansão e novas maneiras de sobrepujar as barreiras que encontra. Dessa maneira, a dinâmica interna do avanço produtivo, baseada nas potencialidades objetivas da ciência e da tecnologia, é gravemente distorcida, na verdade faticamente desencaminhada, com tendência à *perpetuação* das práticas capitalistas viáveis – por mais perdulárias e destrutivas – e como o *bloqueio*⁵ das abordagens alternativas que possam interferir nas exigências fetichistas do valor de troca em autoexpansão. Nesse sentido, as “necessidades historicamente criadas”, que substituem as naturais sob as pressões da produção generalizada de mercadorias, são extremamente problemáticas [...] (MÉSZÁROS, 2002, p.676-677).

Então, Mészáros (2002) reafirma a necessidade infinita da produção de mercadorias, sem as quais o capital não consegue se reproduzir e muito menos se expandir. Portanto, o entendimento da relação capital-natureza é primordial para que compreendamos esta contradição primária entre a exploração contínua e indefinida dos recursos naturais e a necessidade de um controle dessa exploração (aspecto primeiro do conceito de sustentabilidade ambiental). É importante continuarmos o acompanhamento da explicitação de Mészáros (2002) acerca dessa contradição.

[...] do ponto de vista do valor de troca em autoexpansão, a alternativa óbvia da linha de desenvolvimento [...] é *abortá-la* bem antes que debilite irremediavelmente o poder de controle global do capital. Isto implica a necessidade, por parte do capital, de perseguir uma estratégia de “realização” que não só supere as limitações imediatas da demanda flutuante do mercado, mas ao mesmo tempo tenha êxito em se desembaraçar radicalmente dos *constrangimentos estruturais* do valor de uso como algo subordinado à necessidade humana e ao consumo real. Uma vez que isto seja alcançado e que, portanto, a medida humanamente significativa de finalidades e objetivos legítimos seja recusada como um entrave intolerável do “desenvolvimento”, o caminho estará completamente aberto para *deslocar* muitas das contradições internas do capital. E isso pode perdurar por um período histórico muito longo, enquanto as novas válvulas de escape e modalidades de realização permanecerem livres, por um lado, das pressões de *saturação* e, por outro, das sérias dificuldades para assegurar os *recursos* necessários ao padrão de produção cancerigenamente crescente e cada vez mais perdulário. Este tipo de mudança estrutural no ciclo de reprodução capitalista, não prevista por Marx, é realizado pelo deslocamento radical da *produção genuinamente orientada para o consumo destrutivo*. Certamente,

uma grande variedade de outras formas de produção perdulária foi também experimentada com o mesmo propósito e continuam a ser praticadas desde então [...] entretanto, elas demonstram ser excessivamente limitadoras no curso dos desdobramentos capitalistas com relação aos imperativos estruturais do sistema. Assim, tornou-se necessário adotar a forma mais radical de desperdício – isto é, a destruição direta de vastas quantidades de riqueza acumulada e de recursos elaborados – como maneira dominante de se livrar do excesso de capital superproduzido. A razão pela qual tal mudança é absolutamente viável, nos parâmetros do sistema de produção estabelecido, é que *consumo e destruição* vêm a ser *equivalentes funcionais do ponto de vista perverso do processo de “realização” capitalista*⁶. Desse modo, questão de saber se prevalecerá o consumo normal – isto é, o consumo humano de valores de uso correspondente às necessidades – ou o “consumo” por meio de destruição é decidida com base na maior adequação de um ou de outro para satisfazer os requisitos globais da autorreprodução do capital sob circunstâncias variáveis. (MÉSZÁROS, 2002 p.678-679)

Observe que a formulação de Mézáros é preciosa, brilhante, pois, ele vai exatamente ao ponto nevrálgico da enorme contradição que rege as leis do mercado capitalista: a oferta e a procura, que, por sua vez, geram o eterno conflito entre a necessidade real da humanidade e a superfluidade decorrente dos anseios determinantes da mais-valia. Assim, o que se coloca em pauta nesta discussão é o conflito inconciliável entre as necessidades reais do ser humano e as prioridades e demandas infinitas do capital no seu processo de autoexpansão, objetivando a geração contínua e sempre crescente dos lucros. Veja que o autor elucidou, de forma brilhante, a necessidade do capital da diminuição do tempo de vida útil de suas mercadorias, ao mesmo tempo em que cria supérfluos e descartáveis, visando ao atendimento de necessidades artificiais e fictícias, o que leva ao emperramento das engrenagens que movem a capacidade sociometabólica do capital, provocando, assim, uma crise interna, intrínseca, estrutural, cuja superação, hoje, se encontra no terreno de especulação fictícia.

Esses elementos altamente significativos elencados por Mézáros (2002) é que incidem mesmo na incapacidade do capital se reinventar, para superação de suas contradições, o que provocou um salto de um período de crises cíclicas para o atual período de crise estrutural do modelo de expansão do capital e seu campo de forças hegemônicas.

No mesmo sentido, Harvey (2011) auxilia na compreensão do texto de Mézáros (2002), quando nos dá a seguinte contribuição:

O último obstáculo potencial para acumulação perpétua reside no ponto em que a nova mercadoria entra no mercado tanto como uma coisa ou como tipo de serviço a ser trocado pelo dinheiro original acrescido de um lucro. A particularidade da mercadoria tem de ser convertida em na universalidade do

dinheiro, o que é muito mais problemático do que ir do dinheiro (a representação universal do valor) à mercadoria. Alguém tem de necessitar, querer ou desejar essa mercadoria particular à venda para que isso seja possível. Se ninguém a quiser, então ela é inútil e sem valor. Mas aqueles que necessitam, querem ou desejam a mercadoria também precisam ter o dinheiro para comprá-la. Sem dinheiro, eles não podem fazê-lo. Se ninguém quiser ou puder se dar ao luxo de comprá-la, então não há venda, o lucro não é realizado, e o capital inicial é perdido. Uma imensa quantidade de esforço, incluindo a formação de uma vasta indústria de publicidade, tem sido colocada para influenciar e manipular as necessidades, vontades e desejos das populações humanas para assegurar um mercado potencial. Mas algo mais do que apenas publicidade está em jogo aqui. O que é necessário à formação de condições diárias de vida que exigem a absorção de um conjunto de certas mercadorias e serviços, a fim de se sustentar. Considere, por exemplo, o desenvolvimento das necessidades, vontades e desejos associados com a emergência do estilo de vida suburbano nos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial. Não estamos apenas falando da necessidade de automóveis, gasolina, estradas, casas amplas e centros comerciais, mas também de cortadores de grama, geladeiras, ar-condicionados, cortinas, móveis (para dentro e fora da casa), equipamentos de lazer (a TV) e uma série de sistemas de manutenção para dar continuidade à vida diária. A vida diária nos subúrbios requer o consumo de tudo isso. O desenvolvimento dos subúrbios fez com que essas mercadorias passassem de vontades e desejos a necessidades absolutas. A criação perpétua de novas necessidades é uma condição essencial para a continuidade da expansão infinita da acumulação do capital. É aqui que as tecnologias e a política de criação de novas necessidades vêm à tona como a ponta da acumulação sustentável. É agora bem entendido que “o sentimento do consumidor” e “a confiança do consumidor” nas sociedades mais afluentes não são apenas as chaves para a acumulação do capital sem fim, mas são também cada vez mais a base da qual depende a sobrevivência do capitalismo. Setenta por cento da atividade econômica dos EUA dependem do consumismo. Mas de onde vem o poder aquisitivo para comprar todos esses produtos? Deve haver, no fim das contas, uma quantidade extra de dinheiro que alguém tem em algum lugar para permitir a compra. Senão, há uma falta de demanda efetiva, definida como necessidades, vontades e desejos, apoiados pela capacidade de pagar. O que se chama crise de “subconsumo” ocorre quando não há suficiente demanda para absorver os produtos produzidos. Quando os trabalhadores gastam seu salário, isso se configura numa demanda efetiva. Mas a massa salarial é sempre menor do que o capital total em circulação (senão, não haveria lucro), assim a compra dos bens de sobrevivência que sustentam a vida diária (mesmo com um estilo de vida suburbano) nunca é suficiente para a venda com lucro total da produção. (HARVEY, 2011, p.91-92).

Harvey (2011), assim como Mészáros (2002), traz ao debate as contradições centrais para a necessidade da expansão infinita e ininterrupta do capital, com vistas à perpetuação da mais-valia. Ele evidencia também os princípios gerais de regulação dos mercados capitalistas como uma das pontas que compõem o novelo da crise do capital. Os elementos por ele elencados para explicitação do funcionamento do modelo econômico norte-americano

(baseado majoritariamente no consumismo) mostram as pontas da meada do modo como se expressou nos EUA a grande crise econômica global de 2008/2009, onde o consumismo tomou a forma da “crise de créditos” ou “crise das hipotecas”, na qual grande parcela da população perdeu seus bens, especialmente suas moradias, cujos títulos de propriedade foram hipotecados pelo sistema de créditos bancários nos EUA.

Harvey (2011) nos dá a dimensão real do tamanho e das consequências da crise de 2008/2009 nos EUA:

Em meados de 2007, quando a onda de despejos atingiu a classe média branca nas áreas urbanas e suburbanas dos EUA outrora crescentes e significativamente republicanas no Sul (em particular na Flórida) e Oeste (Califórnia, Arizona e Nevada), que as autoridades começaram a levar em consideração e a grande imprensa, a comentar. Projetos de novos condomínios e comunidades fechadas (muitas vezes em “bairros dormitórios” ou atravessando zonas urbanas periféricas) começaram a ser afetados. Até o fim de 2007, quase dois milhões de pessoas perderam suas casas e outros quatro milhões corriam risco de ser despejados. Os valores das casas despencaram em quase todos os EUA e muitas famílias acabaram devendo mais por suas casas do que o próprio valor do imóvel. Isso desencadeou uma espiral de execuções hipotecárias que diminuiu ainda mais os valores das casas. Em Cleveland, foi como se um “Katrina financeiro” atingisse a cidade. [...] Em janeiro de 2008, os bônus em Wall Street somaram 32 bilhões de dólares, apenas uma fração menor do que o total em 2007. [...] No outono de 2008, no entanto, a “crise das hipotecas *subprime*”, como veio a ser chamada, levou ao desmantelamento de todos os grandes bancos de investimento de Wall Street, com mudanças de estatuto, fusões forçadas ou falências. (HARVEY, 2011, p. 9-10).

Então, a crise estrutural do capital expressa, de forma bastante nítida, pela bancarrota das economias europeias, vem demonstrar que os princípios e pilares liberais que sustentam o processo de expansão do capital estão ruindo. Assim, na contramão do conceito neoliberal de sustentabilidade socioambiental fundado sobre os mesmos pilares, a situação conjuntural da crise da Europa tende a se propagar para todos os continentes e todas as áreas do planeta, deixando à mostra as contradições insuperáveis dentro dos marcos deste modelo, qualquer tentativa de conciliação entre desenvolvimento econômico, a preservação dos recursos da natureza e a minimização das condições de miserabilidade e pauperização de grande contingente da população do planeta.

Assim como este paradigma mostra sua capacidade altamente destrutiva da natureza, ele também aprofunda as propostas de reorganização do mundo do trabalho, por intermédio de novas formas de exploração e alienação do trabalho humano.

Considerações finais

Neste estudo, procuramos investigar aspectos, contradições, conflitos, jogos de poder, estratégias e artimanhas que perpassam a formulação conceitual e, ao mesmo tempo, permeiam as práticas relativas às proposições e discursos sobre os quais se edificam os pilares do tão prolapado “desenvolvimento sustentável”.

Desde meados dos anos de 1960 que as preocupações com as temáticas ambientais vêm ganhando notoriedade e centralidade nos principais debates ocorridos em nível mundial. Porém, estas temáticas, embora deslocadas em seu eixo, foram acatadas e assumidas de forma séria pelos movimentos ambientalistas que eclodiram, principalmente, nos anos de 1970. Esses movimentos sustentaram as bandeiras de proteção aos recursos da natureza, em virtude do sinal de alerta que o planeta emitiu, especialmente a partir de enormes catástrofes, as quais o homem passou a chamar de fenômenos “naturais”.

No entanto, estes avisos da natureza não foram percebidos apenas pelos insurgentes movimentos ambientalistas, mas, sobretudo, pelos artífices do capital. As respostas emitidas pelo planeta em decorrência das agressões contra ele dirigidas tinham um significado claro e especial. A própria natureza denunciava seu estado de desequilíbrio ambiental e mostrava que seus recursos são finitos e que o atual modelo de exploração de seus recursos é totalmente incompatível com seu equilíbrio e com sua dinâmica naturais. Neste sentido, ela colocou em xeque a própria origem, fonte da mais-valia capitalista: os recursos da natureza, que tem a finitude por característica básica. Assim, os mentores do sistema capitalista não tinham alternativas, a não ser tomar o controle do incipiente movimento ambientalista, o qual deixava totalmente à mostra sua principal contradição: a impossibilidade de conciliar a expansão ilimitada e indefinida do capital, a perpetuação da mais-valia com a exploração também ilimitada dos recursos da natureza.

Assim, nosso estudo, ainda que de forma superficial, procurou desvendar essas estratégias do capital de assumir o controle das bandeiras ambientalistas, como forma de esconder suas contradições, ao mesmo tempo em que procurou uma fórmula que viesse a vender a ilusão da possibilidade de desenvolvimento econômico com a exploração comedida dos recursos da natureza, o que significa dizer criar um mecanismo de “moderação” dos seus lucros, em detrimento da conservação da saúde ambiental do planeta. Mas os mecanismos internos do processo de produção, reprodução e expansão do capital já demonstraram aos mentores do sistema, muito antes da manifestação dos movimentos ambientalistas, que tal

moderação em seu processo de expansão é contraditória e antagônica com as estruturas internas da dinâmica reprodutiva do capital, ou seja, a estagnação dos lucros leva fatalmente à extinção do próprio modelo econômico de produção. E foi a partir dessas constatações que surgiu e evoluiu o conceito e a ideia do tal “desenvolvimento sustentável”.

A dimensão ilusória da arquitetura do conceito ficou tão evidente que os principais grupos econômicos inter/multi/transnacionais foram os primeiros a sair em defesa dos princípios da sustentabilidade socioambiental. Dentre esses grupos, ironicamente, estão aqueles que mais poluem o ambiente e/ou aqueles cujos produtos trazem em seus elementos constitutivos altas cargas poluidoras. Na verdade, o que de fato preocupa os ideólogos do sistema do capital não é o desequilíbrio ambiental do planeta e muito menos a enorme desigualdade social que impera sobre grandes contingentes da população mundial, mas, sim, a possibilidade do esgotamento das principais fontes de recursos naturais, o que causaria uma gigantesca pane na cadeia produtiva capitalista, baseada, fundamentalmente, na produção de mercadorias.

Os principais biomas brasileiros, a exemplo do cerrado, têm servido de laboratório para experiências de plantio de novas espécies vegetais, por intermédio das monoculturas, visando ao atendimento dos mercados agroexportadores. O pacote tecnológico conhecido por “Revolução Verde” que teve como justificativa central a demanda de alimentos para sanar a fome no mundo, arrasou o cerrado brasileiro e ampliou a fronteira agrícola em direção à Amazônia, um dos principais biomas do planeta. O fato é que a agroindústria e o agronegócio no Brasil têm florescido a pleno vapor, e para o êxito desta empreitada não se mede nem causas nem consequências.

Sob o ponto de vista da nova reconfiguração da produção em larga escala, da criação de novas necessidades artificiais, fruto do emperramento do sistema de reprodução sociometabólico do capital, uma nova ordem mundial foi edificada sob as bases da evolução espetacular dos meios de comunicação e dos transportes: a nova forma de exploração dos mercados mundiais tanto de consumo, como de matérias primas via compressão da relação espaço/tempo: a globalização neoliberal, a qual nada mais é do que um novo mecanismo de aceleração e deslocamento do fluxo de capitais, que passa a assumir agora, uma forma totalmente volátil e especulativa. Mas, para que esta nova forma de mundialização do capital lograsse êxito, foi necessária uma revisão dos princípios do liberalismo clássico, agora com uma nova roupagem: o neoliberalismo.

A implantação dos princípios neoliberais teve como tônica principal o ataque às conquistas dos trabalhadores, uma reformulação e reorientação do mundo do trabalho, o que levou à flexibilização das leis e das formas de trabalho, ocasionando um descompromisso total do Estado capitalista para com aqueles que compõem a força de trabalho e que são os reais responsáveis pela produção da riqueza a serviço da acumulação e expansão do capital.

A implantação da ordem neoliberal significou uma nova forma de ataque generalizado às já precárias condições de trabalho e de sobrevivência de grandes contingentes de trabalhadores em todas as regiões do mundo. Na verdade, essa reorientação da economia nos moldes neoliberais serviu, sobretudo, para derrubar as barreiras e entraves, fragmentar ainda mais os movimentos da classe trabalhadora, criando as condições plenas para as novas formas de mundialização do capital.

Nosso estudo aponta para o processo de necrosamento das estruturas do capital, o que promove uma série de ataque e degeneração da vida humana em todas as regiões do planeta, em especial nos países denominados de “Terceiro Mundo”. Pesquisas e estudos encomendados pelas Nações Unidas, a exemplo do UN-Habitat, têm comprovado a total incapacidade deste modelo econômico de produção de suprir as mínimas necessidades básicas de largos contingentes da população mundial. Tais pesquisas demonstram o avanço do processo de favelização de grandes áreas localizadas no entorno dos maiores centros urbanos do globo. Este processo de consolidação e avanço de novos assentamentos urbanos em todo o mundo é sintoma da incapacidade de manutenção da vida nas condições atuais, que dirá para as futuras gerações como faz supor o discurso falacioso do desenvolvimento sustentável.

O conteúdo das proposições tratadas nos debates das conferências ambientais mundiais lamentavelmente nos leva a concluir que os debates que movimentam tais eventos, em nome da suposta sustentabilidade socioambiental, possuem em suas entrelinhas outros interesses que se reduzem na busca de justificativas para a continuidade indefinida da exploração dos recursos da natureza e de novas formas de agregação de valores pseudoambientais às mercadorias e serviços da cadeia produtiva capitalista, bem como a consolidação da comoditização de recursos vitais para a sobrevivência humana como o ar, as águas e os solos. Por intermédio de estratégias como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) que se edifica sobre artifícios pseudoecológicos, a exemplo do mercado de créditos de carbono, como forma de atenuar a emissão de poluentes para a atmosfera, visando o combate ao aquecimento global.

Para nós fica clara, e cada vez mais evidente, a total incapacidade do paradigma capitalista em dar respostas aos gravíssimos problemas socioambientais que assolam a humanidade, em especial nos tempos presentes. Diante dessas constatações, a perspectiva que se desenha no cenário da humanidade, num futuro que já se confunde com o presente, é nebulosa e encontra-se totalmente imersa num oceano de incertezas.

A conjuntura política mundial, em seu conjunto, demonstra os elementos e aspectos que marcam os dias atuais, o que leva à corrosão das engrenagens do sistema capitalista em fase de decomposição. O capital não consegue mais se reinventar, entra num momento altamente danoso para o conjunto da humanidade, onde para continuar produzindo mais-valia, substitui o processo criativo da humanidade por forças e mecanismos altamente destrutivos. Para isso, ele aprofunda a alienação e estranhamento do trabalho, deixando o ser humano totalmente imerso num mundo irreal, fictício, dominado pela insegurança, pela produção de mercadorias fictícias e ilusórias, para as quais não existem necessidades. As técnicas e estratégias macabras do consumismo sepultam, de forma quase não reversível, todos os projetos viáveis de homem e de natureza. Os desejos artificiais criados pelo capital, em seu estágio de crise estrutural, afundam no pântano das ilusões, não somente as condições de sobrevivência de amplos contingentes humanos, mas, sobretudo, as mentes e o espírito de liberdade do número incalculável de despossuídos do planeta Terra.

Acreditamos que este artigo elencou alguns elementos e aspectos relevantes e gerou importantes indagações cujas respostas com certeza serão objetos de estudo de pesquisadores sérios e comprometidos com a edificação de uma nova sociedade, onde o homem não seja escravo de si mesmo. Este trabalho deixou em aberto diversos pontos e perguntas que podem, com certeza, auxiliar na construção de novos estudos voltados para a colocação da ciência em seu real lugar. Isto é, uma ciência calcada na construção de princípios e valores que reconstruam a real essência e a verdadeira significação à existência humana neste planeta.

Por fim, é preciso considerar em regime de urgência os dizeres do professor Ricardo Antunes: uma das tarefas primordiais para aqueles que sonham com uma sociedade plena para as realizações do homem enquanto ser com potencial criativo, é resgatar o caráter de pertencimento de classe dos oprimidos, um dos pontos centrais que o capital tratou de desconfigurar e destruir. Somente aglutinando as forças que acreditam que a história não terminou, resgatando a consciência de pertencimento de classe do conjunto dos trabalhadores, oprimidos e marginalizados da sociedade regida pelo fetiche do capital, somente assim é possível avançar. Somente desta forma será possível vislumbrar um ser humano que consiga

“contemplar a si mesmo num mundo criado por ele”. Somente nesta perspectiva será possível vislumbrarmos outros projetos de homem e de sociedade, uma sociedade para além do capital.

Notas

* Texto derivado de reflexões sobre a tese de doutoramento intitulada “*O Gigante dos Pés de Barro*”: capitalismo e desenvolvimento sustentável, de autoria do Prof. Dr. Valter Machado da Fonseca e sob a orientação da Profa. Dra. Ana Maria de Oliveira Cunha.

¹ Remédio para todos os males. Espécie de garrafada (feita geralmente de ervas e raízes) vendida nos camelôs e que, segundo eles, serve para curar uma infinidade de doenças.

² Aqui, fazemos referência ao filme “Tempos Modernos”, encenado e dirigido por Charles Chaplin. Nesta película ele faz uma crítica irônica e bem-humorada ao surgimento das tecnologias industriais, em particular ao Taylorismo/Fordismo.

³ Grifo nosso. O Senador democrata George McGovern foi um antibelicista norte-americano que disputou a presidência dos Estados Unidos no ano de 1972, perdendo para Richard Nixon. Istvan Mészáros escreveu sobre a possibilidade do calote norte-americano no ano de 1996, há, exatamente, 15 anos.

⁴ As citações creditadas a Immanuel Wallerstein (2012) foram extraídas de um depoimento em forma de entrevista concedido a Jorge Pontual para o programa “Milênio”, da *Globo News* e foi ao ar no dia 13 de fevereiro de 2012, sob o título: “Fim do capitalismo – economistas anunciam”.

⁵ Grifos do original

⁶ Grifos do original.

Referências

ADORNO, T. W. **La ideología como lenguaje**: la jerga de la autenticidad. 6. ed. Tradução de Justo Pérez Corral. Madri: Taurus, 1982.

ANTUNES, R. Introdução. In: MÉSZÁROS, I. A crise estrutural do capital. [Trad. Francisco Raul Cornejo...et al.]. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção mundo do trabalho)

CHAPLIN, C. **Modern Times**. São Paulo: Continental Vídeos., 2009.

FONSECA, V. M da. **A dimensão ambiental da educação**: os conteúdos ambientais em escolas públicas das comunidades carentes. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, 2007.

_____. Contaminação das águas: Um reflexo das contradições do modelo capitalista de produção. **Revista Ponto.br**, n. 21, Brasília, 2004, p. 46-47.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. 16 ed. Trad. Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas, SP: Papyrus, 1990.

HARVEY, D. **O Enigma do Capital**: as crises do capitalismo. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. Pensando os rumos do capital. Entrevista concedida a Elizabeth Carvalho – **Milênio** – *Globo News*, em 12 de abril de 2010.

LEFF, E. **Aventuras da epistemologia ambiental**: da articulação das ciências ao diálogo de saberes. Trad. Gloria Maria Vargas. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. **Epistemologia ambiental**. Trad. Sandra Valenzuela; revisão técnica de Paulo Freire Vieira. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LEMOS, A.I.G. PRÓLOGO. In: CARLOS, A.F.A.; LEMOS, A.I.G. (Orgs.). **Dilemas urbanos**: Novas Abordagens, São Paulo: Contexto, 2003, p.19-25.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. Trad. Maria Helena Barreiro. Revisão de Carlos Roberto F. Nogueira. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

_____. ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. Lisboa, 1975.

MÉSZÁROS, I. A crise estrutural do capital. [Trad. Francisco Raul Cornejo...et al.]. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Para além do capital**. Trad. Paulo César Castanheira. Campinas: Boitempo, Editora da UNICAMP, 2002.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **O Desafio Ambiental**. Emir Sader (Org.). Rio de Janeiro: Record, 2004 .

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. 15 ed. São Paulo: Contexto, 2005. (Repensando a Geografia)

TROTSKY, L. **O Programa de Transição**. São Paulo: LBI Editora, 2001.

WALLERSTEIN, I. Fim do capitalismo. Entrevista concedida a Jorge Pontual - Programa **Milênio** - Globo News, em 13/02/2012.